

O milagre da multiplicação dos cargos

LÚCIO VAZ

DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), resistiu por três meses, mas acabou cedendo. Um ato da Comissão Diretora, aprovado em 21 de fevereiro e publicado em 20 de maio, permite a subdivisão de dois cargos de assessor técnico (salário de R\$ 8,2 mil) em até oito postos. A pulverização dos cargos e salários atende aos interesses político-eleitorais dos senadores.

O ato permite a criação de até 576 empregos com salários de R\$ 1,05 mil e R\$ 1,36 mil. Não é muito para o mercado de Brasília, mas representa uma renda considerável na maioria dos estados, onde vivem os cabos eleitorais dos senadores.

Um dos cargos de assessor técnico (FC-8) pode ser subdividido

por seis: salário de R\$ 1,36 mil (AP-07). O outro pode render oito empregos com salário de R\$ 1,05 mil (AP-08). Não é obrigatório, mas cada senador pode criar 12 novos postos de trabalho.

Só nos 81 gabinetes seriam novos 486 cargos. Mas a decisão é estendida aos cargos da Comissão Diretora e as lideranças partidárias — mais 90 cargos. A medida não resulta em aumento de despesa, porque serão subdivididos cargos já existentes.

Essa multiplicação de salários não é novidade no Senado. Antes dessa última decisão, cada senador já contava com dez cargos de confiança nos gabinetes, podendo subdividi-los em até 35 postos. Dos quatro cargos de assessor técnico, três podiam ser subdivididos em até quatro cargos, cada um com salário de R\$ 2,05 mil. No caso dos seis cargos de secretário

parlamentar (vencimentos de R\$ 6,15 mil), três podem ser divididos em quatro postos e um pode ser dividido em oito.

Além dos cargos de livre nomeação, os senadores contam com até nove funcionários de carreira em seus gabinetes, com média salarial de R\$ 9,7 mil. Os chefes de gabinete que têm mais tempo de serviço recebem entre R\$ 14 mil e R\$ 15 mil — salário maior do que o dos senadores: R\$ 12,7 mil. Como o quadro de servidores efetivos da Casa está muito reduzido (cerca de dois mil na ativa), cada gabinete conta com uma média de seis desses funcionários.

Verbas

A pressão dos senadores para a criação de novos cargos começou em fevereiro, quando o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), tentou de todas as

Carlos Moura/CB/9.6.05



RENAN CALHEIROS ATENDEU À PRESSÃO DOS COLEGAS: 12 NOVOS CARGOS SERÃO LIBERADOS PARA CADA SENADOR

formas aumentar o salário dos deputados. Severino não conseguiu cumprir a promessa feita na campanha para a presidência da Casa, mas acabou aumentando a verba de gabinete (para contratar secretários parlamentares) de R\$ 35 mil para R\$ 44 mil. O baixo clero (parlamentares sem muita expressão) do Senado passou a exigir de Renan o aumento da ajuda de custo de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil (já concedido na Câmara), que serve para cobrir as despesas relativas ao exercício do

mandato, e a criação de mais um cargo de assessor técnico.

A Comissão Diretora chegou a aprovar a criação de mais um cargo, mas o presidente do Senado deixou o ato na geladeira. Ele havia vetado a criação de qualquer nova despesa. Qualquer proposta de aumento de gastos deveria ser acompanhada de uma sugestão de corte em outro setor na mesma proporção. A criação de apenas um cargo por gabinete resultaria numa despesa mensal de R\$ 787 mil —

ou R\$ 10 milhões por ano.

O ato que possibilita o milagre da subdivisão dos empregos não cria despesas, mas ainda assim ficou congelado por três meses. Foi publicado sem alarde, no dia 20 de maio, uma semana após o surgimento do escândalo dos Correios. Os pedidos de criação dos AP-8 já começam a chegar à administração da Casa. Mas a tendência é que surjam em maior número no próximo ano, principalmente nas proximidades das eleições.